



## Considerações Econômicas, Sociais e Morais sobre a Tributação

Adolfo Sachsida

São Luís: Instituto Liberal/Resistência Cultural, 2015. (125 páginas)

ISBN 978-85-66418-02-6

No final de 2015 o economista Adolfo Sachsida lançou o livro: *Considerações Econômicas, Sociais e Morais sobre a Tributação*. O livro tem por objetivo realizar uma exploração sobre os efeitos da tributação na vida social e individual. Entre os efeitos analisados estão os econômicos, os sociais e os morais.

De um lado, ao longo dos capítulos, o livro apresenta uma discussão acessível ao grande público e ao público leigo em matéria de economia discussões sobre os temas econômicos e sociais que tão sustentação a diversos tributos existentes no Brasil. Entre esses tributos é possível citar, por exemplo, o Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), o Imposto sobre Movimentação Financeira (IOF e a CPMF) e o Imposto de circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Do outro lado, apresenta uma pequena, mas didática síntese da história da tributação no Brasil. Fundamentado nessa síntese história, realiza-se uma comparação entre o sistema tributário brasileiro, em suas várias fases históricas, e a tributação em âmbito internacional, especialmente nos países liberais, como, por exemplo, os EUA e a Inglaterra.

Do ponto de vista didático, apontam-se três razões para esse livro ser uma leitura recomendada a alunos e profissionais de economia, de contabilidade e outras áreas das ciências aplicadas, das ciências humanas e do grande público que, muitas vezes, é leigo nos termos técnicos da tributação.

A primeira razão é o fato de o livro ser escrito numa linguagem de fácil domínio e não na linguagem técnica própria dos debates no campo da econômica e da tributação. Além disso, o

livro traz uma discussão extremamente útil, realiza uma discussão no campo da ética sobre as origens, a aplicação e as consequências, na vida dos indivíduos, da carga tributária. Neste sentido, o livro foge à tradicional discussão da necessidade fundamental da carga tributária (pagar os salários dos funcionários públicos, manter a máquina pública, realizar obras estruturais, etc.) e demonstra como essa mesma carga, muitas vezes, é exagerada, desnecessária e que, no nível mais elementar do cotidiano, termina prejudicando a vida dos indivíduos.

A segunda razão é que o livro é uma grande crítica a certo senso comum que reina no Brasil. Um senso que afirma, dentre outras coisas, que o Estado tem um direito inalienável de aumentar e de criar mais impostos, que a carga tributária está ao lado dos mais pobres e, por isso, promove o desenvolvimento e a inclusão social.

Sobre esse assunto, o livro demonstra que, muitas vezes, amplos setores da intelectualidade, analistas econômicos, lideranças e a militância das esquerdas ignoram o fato do Estado ser, em sua essência, um ente autônomo. O Estado pode até ter uma função social, uma função de suma importância para a manutenção da ordem e do equilíbrio social. No entanto, a primeira coisa que o Estado e suas múltiplas estruturas querem é a sua autopreservação e, mais ainda, o seu aperfeiçoamento por meio, por exemplo, de constantes aumentos de salários, do crescimento vertiginoso da máquina pública. Além disso, deseja-se que a sociedade e os indivíduos fiquem, por diversos ângulos, presos a burocracia e as exigências técnicas do Estado.

Um bom exemplo de que nem sempre criar e aumentar impostos é o melhor caminho

para o desenvolvimento socioeconômico é a situação recente do Brasil. Nas últimas décadas o país viveu um crescimento constante da carga tributária e um elogiável aperfeiçoamento da máquina estatal de cobrança e recolhimento de tributos. No entanto, esse aumento não foi acompanhado, por exemplo, por um amplo investimento em ciência de ponta e de inovação, por integração (inter)regional, por melhorias na macroestrutura do país (portos, aeroportos, parque industrial, etc.), por ampliação da lista de produtos estratégicos para serem exportados, em grande medida o Brasil continua sendo um país que exporta produtos agrícolas e *commodities* (petróleo, minério, etc.). Em grande medida, o dinheiro arrecadado foi e continua sendo usado para garantir constantes aumentos de salários aos funcionários públicos e o vertiginoso crescimento da estrutura da máquina estatal. Neste sentido, pergunta-se: para que realmente serviram as sucessivas ondas de criação e de aumento da carga tributária no Brasil?

A terceira e última razão é o questionamento do argumento, muito usado pelas esquerdas, de que a taxação de grandes fortunas é algo justo e necessário. Primeira coisa que se coloca é a necessidade de se definir, coisa que até agora não foi feita, o que é grande fortuna. Quais os critérios para se definir a riqueza a ser taxada? Levando em conta os flexíveis critérios utilizados atualmente no Brasil, corre-se o risco de qualquer pessoa que possua, por exemplo, um veículo popular, ser enquadrada na categoria de grande fortuna e, com isso, passar a pagar o novo tributo.

A discussão sobre a taxação de grandes fortunas não leva em conta duas questões que atualmente são debatidas.

A primeira é o fato do pensador David Harvey, em suas pesquisas, demonstrar que atualmente não é possível mais localizar geograficamente (numa país, num bairro, etc.) a

elite econômica e cultural. Essa elite vive uma espécie de *vida turística* ou de *eterno turismo*, viajando por lugares exóticos ao redor do mundo e sempre que uma ameaça lhe sobressai (crises econômicas, reivindicações políticas, etc.), ela simplesmente muda de cidade ou país. Esse é o comportamento predominante na elite esquerdista que atualmente domina o cenário cultural no Brasil e em grande parte do Ocidente. Em parte, isso explica o fracasso desse modelo de tributação em países da Europa, como, por exemplo, a França. Como pensar em tributar grandes fortunas dentro desse cenário?

A segunda é o fato que, desde a segunda metade do século XX, o cidadão ocidental é estimulado a romper e até mesmo negar e abandonar o pacto ético estabelecido desde a Grécia antiga e fortalecido com o advento do cristianismo. Um pacto que estimula o cidadão a trabalhar, a acumular um patrimônio cultural-trabalho e, por último, colocar esse patrimônio a serviço da comunidade por meio, por exemplo, de bibliotecas, escolas, universidades e hospitais. Foi por meio desse pacto que grande parte da Europa e dos EUA se desenvolveram. O problema é que, no mundo contemporâneo, a responsabilidade individual é vista com maus olhos, o Estado passou a ser visto como grande e quase único promotor do desenvolvimento e as vozes que, por motivos diversos, recordam o essencial pacto cultural-trabalho são criticadas e ridicularizadas, vistas como conservadoras, fora de moda e sem contexto social. O problema é como pensar em estimular a produção de riquezas, como pensar em aperfeiçoamento social, num contexto como esse?

Por fim, afirma-se que o livro de Adolfo Sachsida é um ótimo questionamento do atual sistema tributário brasileiro e de suas consequências morais na vida dos indivíduos. Recomenda-se a leitura desse importante livro. ∞

---

**Ivanaldo Santos**

Pós-doutorado em estudos da linguagem pela Universidade de São Paulo (USP)  
Doutor em estudos da linguagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)  
Professor do Departamento de Filosofia e do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)  
ivanaldosantos@yahoo.com.br